



SUMÁRIO

1. ESTUDO DA LEI DE INTRODUÇÃO	1
1.1 Primeiras palavras sobre a Lei de Introdução	1
1.2 A Lei de Introdução e a Lei como fonte primária do Direito Brasileiro. A vigência das normas jurídicas (arts. 1.º e 2.º da Lei de Introdução)	2
1.3 Características da norma jurídica e sua aplicação. Análise do art. 3.º da Lei de Introdução.....	7
1.4 As formas de integração da norma jurídica. Art. 4.º da Lei de Introdução.....	9
1.4.1 A analogia.....	11
1.4.2 Os costumes.....	13
1.4.3 Os princípios gerais de Direito	15
1.4.4 A equidade.....	19
1.5 Aplicação da norma jurídica no tempo. O art. 6.º da Lei de Introdução	20
1.6 Aplicação da norma jurídica no espaço. Os arts. 7.º a 19 da Lei de Introdução e o Direito Internacional Público e Privado	25
1.7 Estudo das antinomias jurídicas.....	33
1.8 Breve análise das inclusões feitas na Lei de Introdução pela Lei 13.655/2018. repercussões para o direito público.....	36
2. PARTE GERAL DO CÓDIGO CIVIL DE 2002	43
2.1 Introdução. Visão filosófica do Código Civil de 2002. As principais teses do Direito Civil contemporâneo.....	43
2.1.1 Direito Civil Constitucional	51
2.1.2 A eficácia horizontal dos direitos fundamentais.....	55
2.1.3 O diálogo das fontes.....	58
2.1.4 A interação entre as teses expostas e a visão unitária do ordenamento jurídico	63
2.2 Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa natural.....	63
2.2.1 Conceitos iniciais. A capacidade e conceitos correlatos.....	63
2.2.2 O início da personalidade civil. A situação jurídica do nascituro	65
2.2.3 Os incapazes no Código Civil de 2002	71

2.2.3.1	Dos absolutamente incapazes.....	75
2.2.3.2	Dos relativamente incapazes.....	78
2.2.4	A emancipação.....	82
2.2.5	Os direitos da personalidade em uma análise civil-constitucional. A ponderação de direitos e o seu tratamento no Novo Código de Processo Civil.....	84
2.2.6	O domicílio da pessoa natural.....	128
2.2.7	A morte da pessoa natural. Modalidades e efeitos jurídicos.....	130
2.2.7.1	Morte real.....	130
2.2.7.2	Morte presumida sem declaração de ausência. A justificação....	131
2.2.7.3	Morte presumida com declaração de ausência.....	132
2.2.7.4	A comoriência.....	137
2.2.8	O estado civil da pessoa natural. Visão crítica.....	138
2.3	Parte geral do Código Civil de 2002. Da pessoa jurídica.....	143
2.3.1	Conceito de pessoa jurídica e suas classificações.....	143
2.3.2	Da pessoa jurídica de direito privado. Regras gerais e conceitos básicos. Análise do art. 44 do CC.....	146
2.3.3	Modalidades de pessoa jurídica de direito privado e análise de suas regras específicas.....	153
2.3.3.1	Das associações.....	153
2.3.3.2	Das fundações particulares.....	160
2.3.3.3	Das sociedades.....	163
2.3.3.4	Das corporações especiais. Partidos políticos e organizações religiosas.....	165
2.3.4	Do domicílio da pessoa jurídica de direito privado.....	166
2.3.5	Da extinção da pessoa jurídica de direito privado.....	167
2.3.6	Da desconsideração da personalidade jurídica.....	169
2.4	Parte geral do Código Civil de 2002. Dos bens. Objeto do direito.....	188
2.4.1	Primeiras palavras. Diferenças entre bens e coisas. A teoria do patrimônio mínimo.....	188
2.4.2	Principais classificações dos bens.....	193
2.4.2.1	Classificação quanto à tangibilidade.....	193
2.4.2.2	Classificação quanto à mobilidade.....	194
2.4.2.3	Classificação quanto à fungibilidade.....	196
2.4.2.4	Classificação quanto à consuntibilidade.....	196
2.4.2.5	Classificação quanto à divisibilidade.....	197
2.4.2.6	Classificação quanto à individualidade.....	197
2.4.2.7	Classificação quanto à dependência em relação a outro bem (bens reciprocamente considerados).....	199
2.4.2.8	Classificação em relação ao titular do domínio.....	204
2.4.3	Do bem de família. O tratamento dualista do sistema jurídico.....	205

2.4.3.1	Bem de família voluntário ou convencional	206
2.4.3.2	Bem de família legal.....	208
2.5	Parte geral do Código Civil de 2002. Teoria geral do negócio jurídico.....	218
2.5.1	Conceitos básicos. Fato, ato e negócio jurídico.....	218
2.5.2	Classificações do negócio jurídico	223
2.5.3	Elementos estruturais do negócio jurídico. A Escada Pontean.....	225
2.5.3.1	Plano da existência	226
2.5.3.2	Plano da validade	227
2.5.3.3	Plano da eficácia	238
2.5.3.4	A Escada Pontean e o direito intertemporal. Análise do art. 2.035, <i>caput</i> , do CC. Exemplos práticos.....	238
2.5.4	Estudo dos elementos acidentais do negócio jurídico. Condição, termo e encargo.....	241
2.5.5	Vícios ou defeitos do negócio jurídico	247
2.5.5.1	Do erro e da ignorância.....	248
2.5.5.2	Do dolo	251
2.5.5.3	Da coação	254
2.5.5.4	Do estado de perigo	256
2.5.5.5	Da lesão	259
2.5.5.6	Da simulação. O enquadramento da reserva mental.....	262
2.5.5.7	Da fraude contra credores.....	268
2.5.6	Teoria das nulidades do negócio jurídico	278
2.5.6.1	Da inexistência do negócio jurídico	279
2.5.6.2	Da nulidade absoluta – negócio jurídico nulo.....	279
2.5.6.3	Da nulidade relativa ou anulabilidade. Negócio jurídico anulável.....	287
2.5.6.4	Quadro comparativo. Negócio jurídico nulo (nulidade absoluta) × negócio jurídico anulável (nulidade relativa ou anulabilidade).....	293
2.6	Prescrição e decadência	294
2.6.1	Introdução. Fórmula para diferenciar a prescrição da decadência.....	294
2.6.2	Regras quanto à prescrição.....	296
2.6.3	Regras quanto à decadência	322
2.6.4	Quadro comparativo. Diferenças entre a prescrição e a decadência....	324
3.	TEORIA GERAL DAS OBRIGAÇÕES	327
3.1	O conceito de obrigação e seus elementos constitutivos	327
3.1.1	Elementos subjetivos da obrigação	330
3.1.2	Elemento objetivo ou material da obrigação.....	330
3.1.3	Elemento imaterial, virtual ou espiritual da obrigação.....	331
3.2	Diferenças conceituais entre obrigação, dever, ônus e direito potestativo.....	333
3.3	As fontes obrigacionais no Direito Civil brasileiro.....	334

3.4	Breve estudo dos atos unilaterais como fontes do direito obrigacional	335
3.4.1	Da promessa de recompensa.....	336
3.4.2	Da gestão de negócios	337
3.4.3	Do pagamento indevido	338
3.4.4	Do enriquecimento sem causa.....	340
3.5	Principais classificações das obrigações. Modalidades previstas no Código Civil de 2002.....	344
3.5.1	Classificação da obrigação quanto ao seu conteúdo ou prestação	344
3.5.1.1	Obrigação positiva de dar.....	344
3.5.1.2	Obrigação positiva de fazer	351
3.5.1.3	Obrigação negativa de não fazer.....	352
3.5.2	Classificação da obrigação quanto à complexidade do seu objeto	353
3.5.2.1	Obrigação simples.....	353
3.5.2.2	Obrigação composta	353
3.5.3	Classificação das obrigações quanto ao número de pessoas envolvidas. Estudo das obrigações solidárias.....	356
3.5.3.1	Conceitos básicos e regras gerais (arts. 264 a 266 do CC)	356
3.5.3.2	Da solidariedade ativa (arts. 267 a 274 do CC).....	358
3.5.3.3	Da obrigação solidária passiva (arts. 275 a 285 do CC)	363
3.5.4	Classificação das obrigações quanto à divisibilidade (ou indivisibilidade) do objeto obrigacional.....	370
3.6	O adimplemento das obrigações (teoria do pagamento).....	376
3.6.1	Primeiras palavras	376
3.6.2	Do pagamento direto	377
3.6.2.1	Elementos subjetivos do pagamento direto. O <i>solvens</i> e o <i>accipiens</i> . Quem paga e quem recebe.....	377
3.6.2.2	Do objeto e da prova do pagamento direto (elementos objetivos do pagamento direto). O que se paga e como se paga.....	381
3.6.2.3	Do lugar do pagamento direto. Onde se paga	387
3.6.2.4	Do tempo do pagamento. Quando se paga.....	389
3.6.3	Das regras especiais de pagamento e das formas de pagamento indireto.....	391
3.6.3.1	Do pagamento em consignação (ou da consignação em pagamento).....	391
3.6.3.2	Da imputação do pagamento	396
3.6.3.3	Do pagamento com sub-rogação.....	397
3.6.3.4	Da dação em pagamento.....	400
3.6.3.5	Da novação.....	402
3.6.3.6	Da compensação.....	406
3.6.3.7	Da confusão	410
3.6.3.8	Da remissão de dívidas	410
3.7	Da transmissão das obrigações	411

3.7.1	Introdução	411
3.7.2	Da cessão de crédito	412
3.7.3	Da cessão de débito ou assunção de dívida	418
3.7.4	Da cessão de contrato	420
3.8	Do inadimplemento obrigacional. Da responsabilidade civil contratual	421
3.8.1	Modalidades de inadimplemento	421
3.8.2	Regras quanto ao inadimplemento relativo ou mora	424
3.8.3	Regras quanto ao inadimplemento absoluto da obrigação	430
3.8.4	Dos juros no Código Civil de 2002	435
3.8.5	Da cláusula penal	442
3.8.6	Das arras ou sinal	455
4.	RESPONSABILIDADE CIVIL	459
4.1	Conceitos básicos da responsabilidade civil. Classificação quanto à origem (responsabilidade contratual × extracontratual). Ato ilícito e abuso de direito	459
4.2	Elementos da responsabilidade civil ou pressupostos do dever de indenizar ...	473
4.2.1	Primeiras palavras conceituais	473
4.2.2	Conduta humana	474
4.2.3	A culpa genérica ou <i>lato sensu</i>	476
4.2.3.1	O dolo	476
4.2.3.2	Da culpa estrita ou <i>stricto sensu</i>	476
4.2.4	O nexo de causalidade	482
4.2.5	Dano ou prejuízo	491
4.2.5.1	Danos patrimoniais ou materiais	492
4.2.5.2	Danos morais	495
4.2.5.3	Danos estéticos	513
4.2.5.4	Danos morais coletivos	516
4.2.5.5	Danos sociais	517
4.2.5.6	Danos por perda de uma chance	523
4.2.5.7	Outras regras importantes quanto à fixação da indenização previstas no Código Civil de 2002	527
4.3	A classificação da responsabilidade civil quanto à culpa. Responsabilidade subjetiva e objetiva	531
4.3.1	Responsabilidade civil subjetiva	531
4.3.2	A responsabilidade civil objetiva. A cláusula geral do art. 927, parágrafo único, do CC. Aplicações práticas do dispositivo	532
4.3.3	A responsabilidade objetiva no Código Civil de 2002. Principais regras específicas	540
4.3.3.1	A responsabilidade civil objetiva por atos de terceiros ou responsabilidade civil indireta	540

4.3.3.2	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por animal.....	547
4.3.3.3	A responsabilidade civil objetiva por danos causados por ruína de prédio ou construção.....	549
4.3.3.4	A responsabilidade civil objetiva por danos oriundos de coisas lançadas dos prédios (defenestramento).....	551
4.3.3.5	A responsabilidade civil objetiva no contrato de transporte ...	551
4.4	Das excludentes do dever de indenizar	557
4.4.1	Da legítima defesa.....	557
4.4.2	Do estado de necessidade ou remoção de perigo iminente	558
4.4.3	Do exercício regular de direito ou das próprias funções.....	559
4.4.4	Das excludentes de nexo de causalidade	559
4.4.5	Da cláusula de não indenizar.....	560
5.	TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	563
5.1	Conceito de contrato. Do clássico ao contemporâneo. Do moderno ao pós-moderno.....	563
5.2	Principais classificações contratuais.....	566
5.2.1	Quanto aos direitos e deveres das partes envolvidas.....	566
5.2.2	Quanto ao sacrifício patrimonial das partes.....	567
5.2.3	Quanto ao momento do aperfeiçoamento do contrato.....	567
5.2.4	Quanto aos riscos que envolvem a prestação	567
5.2.5	Quanto à previsão legal.....	568
5.2.6	Quanto à negociação do conteúdo pelas partes. Contrato de adesão × contrato de consumo	569
5.2.7	Quanto à presença de formalidades ou solenidades	571
5.2.8	Quanto à independência contratual. Os contratos coligados ou conexos	572
5.2.9	Quanto ao momento do cumprimento	575
5.2.10	Quanto à personalidade.....	575
5.2.11	Quanto à definitividade do negócio.....	575
5.3	Princípios contratuais no Código Civil de 2002.....	576
5.3.1	Primeiras palavras	576
5.3.2	Princípio da autonomia privada.....	579
5.3.3	Princípio da função social dos contratos.....	584
5.3.4	Princípio da força obrigatória do contrato (<i>pacta sunt servanda</i>).....	596
5.3.5	Princípio da boa-fé objetiva.....	598
5.3.6	Princípio da relatividade dos efeitos contratuais.....	618
5.4	A formação do contrato pelo Código Civil.....	621
5.4.1	Fase de negociações preliminares ou de pontuação	622
5.4.2	Fase de proposta, policitação ou oblação.....	624
5.4.3	Fase de contrato preliminar	627
5.4.4	Fase de contrato definitivo.....	630

5.5	A revisão judicial dos contratos por fato superveniente no Código Civil e no Código de Defesa do Consumidor	631
5.5.1	Primeiras palavras	631
5.5.2	A revisão contratual por fato superveniente no Código Civil de 2002... ..	631
5.5.3	A revisão contratual por fato superveniente no Código de Defesa do Consumidor	641
5.6	Os vícios redibitórios no Código Civil	644
5.7	A evicção	651
5.8	Extinção dos contratos.....	661
5.8.1	Extinção normal dos contratos.....	661
5.8.2	Extinção por fatos anteriores à celebração.....	661
5.8.3	Extinção por fatos posteriores à celebração	664
5.8.4	Extinção por morte de um dos contratantes	677
6.	CONTRATOS EM ESPÉCIE (CONTRATOS TÍPICOS DO CC/2002).....	679
6.1	Da compra e venda (arts. 481 a 532 do CC)	680
6.1.1	Conceito e natureza jurídica	680
6.1.2	Elementos constitutivos da compra e venda	682
6.1.3	A estrutura sinalagmática e os efeitos da compra e venda. A questão dos riscos e das despesas advindas do contrato.....	685
6.1.4	Restrições à autonomia privada na compra e venda	688
6.1.4.1	Da venda de ascendente a descendente (art. 496 do CC)	688
6.1.4.2	Da venda entre cônjuges (art. 499 do CC)	692
6.1.4.3	Da venda de bens sob administração (art. 497 do CC)	693
6.1.4.4	Da venda de bens em condomínio ou venda de coisa comum (art. 504 do CC)	695
6.1.5	Regras especiais da compra e venda	699
6.1.5.1	Venda por amostra, por protótipos ou por modelos (art. 484 do CC).....	699
6.1.5.2	Venda a contento e sujeita à prova (arts. 509 a 512 do CC)....	699
6.1.5.3	Venda por medida, por extensão ou <i>ad mensuram</i> (art. 500 do CC).....	700
6.1.5.4	Venda de coisas conjuntas (art. 503 do CC).....	702
6.1.6	Das cláusulas especiais da compra e venda	703
6.1.6.1	Cláusula de retrovenda	703
6.1.6.2	Cláusula de preempção, preferência ou prelação convencional... ..	706
6.1.6.3	Cláusula de venda sobre documentos	709
6.1.6.4	Cláusula de venda com reserva de domínio	711
6.2	Da troca ou permuta (art. 533 do CC).....	716
6.2.1	Conceito e natureza jurídica	716
6.2.2	Objeto do contrato e relação com a compra e venda	716
6.2.3	Troca entre ascendentes e descendentes	717

6.3	Do contrato estimatório ou venda em consignação (arts. 534 a 537 do CC) ...	718
6.3.1	Conceito e natureza jurídica.....	718
6.3.2	Efeitos e regras do contrato estimatório	719
6.4	Da doação (arts. 538 a 564 do CC)	720
6.4.1	Conceito e natureza jurídica.....	720
6.4.2	Efeitos e regras da doação sob o enfoque das suas modalidades ou espécies	723
6.4.2.1	Doação remuneratória.....	723
6.4.2.2	Doação contemplativa ou meritória.....	724
6.4.2.3	Doação a nascituro	724
6.4.2.4	Doação sob forma de subvenção periódica.....	725
6.4.2.5	Doação em contemplação de casamento futuro.....	726
6.4.2.6	Doação de ascendentes a descendentes e doação entre cônjuges.....	726
6.4.2.7	Doação com cláusula de reversão.....	729
6.4.2.8	Doação conjuntiva.....	730
6.4.2.9	Doação manual.....	731
6.4.2.10	Doação inoficiosa.....	731
6.4.2.11	Doação universal.....	734
6.4.2.12	Doação do cônjuge adúltero ao seu cúmplice.....	736
6.4.2.13	Doação a entidade futura	737
6.4.2.14	Doação famélica.....	737
6.4.3	Da promessa de doação.....	738
6.4.4	Da revogação da doação	740
6.5	Da locação de coisas no CC/2002 (arts. 565 a 578 do CC)	743
6.5.1	Conceito, natureza jurídica e âmbito de aplicação.....	743
6.5.2	Efeitos da locação regida pelo Código Civil.....	744
6.6	Do empréstimo. Comodato e mútuo	747
6.6.1	Introdução. Conceitos básicos.....	747
6.6.2	Do comodato (arts. 579 a 585 do CC).....	747
6.6.3	Do mútuo (arts. 586 a 592 do CC)	753
6.7	Da prestação de serviço (arts. 593 a 609 do CC).....	758
6.7.1	Conceito e natureza jurídica.....	758
6.7.2	Regras da prestação de serviços no CC/2002.....	758
6.8	Da empreitada (arts. 610 a 626 do CC).....	765
6.8.1	Conceito e natureza jurídica.....	765
6.8.2	Regras da empreitada no CC/2002.....	766
6.9	Do depósito (arts. 627 a 652 do CC).....	772
6.9.1	Conceito e natureza jurídica.....	772
6.9.2	Regras quanto ao depósito voluntário ou convencional.....	774

6.9.3	Do depósito necessário.....	776
6.9.4	Da prisão do depositário infiel.....	777
6.10	Do mandato (arts. 653 a 692 do CC).....	779
6.10.1	Conceito e natureza jurídica.....	779
6.10.2	Principais classificações do mandato.....	783
6.10.3	Principais regras do mandato no CC/2002.....	785
6.11	Da comissão (arts. 693 a 709 do CC).....	792
6.12	Da agência e distribuição (arts. 710 a 721 do CC).....	796
6.13	Da corretagem (arts. 722 a 729 do CC).....	799
6.14	Do transporte (arts. 730 a 756 do CC).....	807
6.14.1	Conceito e natureza jurídica.....	807
6.14.2	Regras gerais do transporte no CC/2002.....	808
6.14.3	Do transporte de pessoas.....	812
6.14.4	Do transporte de coisas.....	818
6.15	Do seguro (arts. 757 a 802 do CC).....	821
6.15.1	Conceito e natureza jurídica.....	821
6.15.2	Regras gerais do seguro no CC/2002.....	823
6.15.3	Do seguro de dano.....	835
6.15.4	Do seguro de pessoa.....	840
6.16	Da constituição de renda (arts. 803 a 813 do CC).....	845
6.17	Do jogo e da aposta (arts. 814 a 817 do CC).....	848
6.18	Da fiança (arts. 818 a 839 do CC).....	850
6.18.1	Conceito e natureza jurídica.....	850
6.18.2	Efeitos e regras da fiança no CC/2002.....	855
6.19	Da transação (arts. 840 a 850 do CC).....	859
6.20	Do compromisso (arts. 851 a 853 do CC).....	863
7.	DIREITO DAS COISAS.....	869
7.1	Introdução. Conceitos de direito das coisas e de direitos reais. Diferenças entre os institutos e suas características gerais.....	869
7.2	Principais diferenças entre os direitos reais e os direitos pessoais patrimoniais. Revisão do quadro comparativo.....	878
7.3	Da posse (arts. 1.196 a 1.224 do CC).....	882
7.3.1	Conceito de posse e teorias justificadoras. A teoria da função social da posse.....	882
7.3.2	Diferenças entre a posse e a detenção. Conversão dos institutos.....	887
7.3.3	Principais classificações da posse.....	890
7.3.4	Efeitos materiais e processuais da posse.....	895
7.3.4.1	Efeitos da posse quanto aos frutos.....	896
7.3.4.2	Efeitos da posse em relação às benfeitorias.....	897
7.3.4.3	Posse e responsabilidades.....	899

7.3.4.4	Posse e usucapião. Primeira abordagem	900
7.3.4.5	Posse e Processo Civil. A faculdade de invocar os interditos possessórios	901
7.3.4.6	A legítima defesa da posse e o desforço imediato.....	911
7.3.5	Formas de aquisição, transmissão e perda da posse.....	912
7.3.6	Composse ou compossessão.....	915
7.4	Da propriedade.....	917
7.4.1	Conceitos fundamentais relativos à propriedade e seus atributos	917
7.4.2	Principais características do direito de propriedade	921
7.4.3	Disposições preliminares relativas à propriedade. A função social e socioambiental da propriedade	923
7.4.4	A desapropriação judicial privada por posse-trabalho (art. 1.228, §§ 4.º e 5.º, do CC/2002).....	932
7.4.5	Da propriedade resolúvel e da propriedade fiduciária.....	940
7.4.6	Formas de aquisição da propriedade imóvel	942
7.4.6.1	Das acessões naturais e artificiais.....	943
7.4.6.2	Da usucapião de bens imóveis.....	951
7.4.6.2.1	Generalidades	951
7.4.6.2.2	Modalidades de usucapião de bens imóveis	956
7.4.6.2.3	Usucapião imobiliária e direito intertemporal no Código Civil.....	971
7.4.6.2.4	A questão da usucapião de bens públicos.....	973
7.4.6.2.5	Da usucapião administrativa ou extrajudicial incluída pelo Código de Processo Civil de 2015. Análise com base nas alterações instituídas pela Lei 13.465/2017	975
7.4.6.3	Do registro do título.....	979
7.4.6.4	Da sucessão hereditária de bens imóveis	981
7.4.7	Formas de aquisição da propriedade móvel	981
7.4.7.1	Da ocupação e do achado do tesouro. O estudo da descoberta ...	982
7.4.7.2	Da usucapião de bens móveis	984
7.4.7.3	Da especificação.....	986
7.4.7.4	Da confusão, da comistão e da adjunção.....	987
7.4.7.5	Da tradição	988
7.4.7.6	Da sucessão hereditária de bens móveis	990
7.4.8	Da perda da propriedade imóvel e móvel.....	990
7.4.9	Breve análise da Lei 13.465/2017 e suas principais repercussões para o direito de propriedade. A legitimação fundiária.....	994
7.5	Dos fundos de investimento e a inclusão do seu tratamento no Código Civil pela Lei 13.874/2019.....	1001
7.6	Direito de vizinhança (arts. 1.277 a 1.313 do CC)	1006
7.6.1	Conceitos básicos.....	1006

7.6.2	Do uso anormal da propriedade.....	1007
7.6.3	Das árvores limítrofes.....	1010
7.6.4	Da passagem forçada e da passagem de cabos e tubulações.....	1011
7.6.5	Das águas.....	1015
7.6.6	Do direito de tapagem e dos limites entre prédios.....	1020
7.6.7	Do direito de construir.....	1021
7.7	Do condomínio.....	1025
7.7.1	Conceito, estrutura jurídica e modalidades.....	1025
7.7.2	Do condomínio voluntário ou convencional.....	1027
7.7.3	Do condomínio necessário.....	1030
7.7.4	Do condomínio edilício.....	1030
7.7.4.1	Regras gerais básicas. Instituição e constituição. A questão da natureza jurídica do condomínio edilício.....	1030
7.7.4.2	Direitos e deveres dos condôminos. Estudo das penalidades no condomínio edilício.....	1042
7.7.4.3	Da administração do condomínio edilício.....	1056
7.7.4.4	Da extinção do condomínio edilício.....	1062
7.7.4.5	Novas modalidades de condomínios instituídas pela Lei 13.465/2017. Condomínio de lotes e condomínio urbano simples.....	1062
7.7.4.6	A multipropriedade ou <i>time sharing</i> . Estudo da Lei 13.777/2018....	1068
7.8	Do direito real de aquisição do promitente comprador (compromisso de compra e venda de imóvel registrado na matrícula).....	1084
7.9	Dos direitos reais de gozo ou fruição.....	1093
7.9.1	Generalidades.....	1093
7.9.2	Da superfície.....	1094
7.9.3	Das servidões.....	1099
7.9.4	Do usufruto.....	1105
7.9.5	Do uso.....	1113
7.9.6	Da habitação.....	1115
7.9.7	Das concessões especiais para uso e moradia. Direitos reais de gozo ou fruição criados pela Lei 11.481/2007.....	1116
7.9.8	Do direito real de laje.....	1116
7.10	Dos direitos reais de garantia.....	1126
7.10.1	Princípios e regras gerais quanto aos direitos reais de garantia tratados pelo CC/2002.....	1126
7.10.2	Do penhor.....	1130
7.10.3	Da hipoteca.....	1137
7.10.4	Da anticrese.....	1149
7.10.5	Da alienação fiduciária em garantia.....	1150
8.	DIREITO DE FAMÍLIA.....	1183
8.1	Conceito de Direito de Família e seus princípios fundamentais.....	1183

8.1.1	Princípio de proteção da dignidade da pessoa humana (art. 1.º, III, da CF/1988)	1185
8.1.2	Princípio da solidariedade familiar (art. 3.º, I, da CF/1988)	1189
8.1.3	Princípio da igualdade entre filhos (art. 227, § 6.º, da CF/1988 e art. 1.596 do CC).....	1190
8.1.4	Princípio da igualdade entre cônjuges e companheiros (art. 226, § 5.º, da CF/1988 e art. 1.511 do CC)	1190
8.1.5	Princípio da não intervenção ou da liberdade (art. 1.513 do CC).....	1191
8.1.6	Princípio do maior interesse da criança e do adolescente (art. 227, <i>caput</i> , da CF/1988 e arts. 1.583 e 1.584 do CC)	1192
8.1.7	Princípio da afetividade	1194
8.1.8	Princípio da função social da família (art. 226, <i>caput</i> , da CF/1988).....	1197
8.1.9	Princípio da boa-fé objetiva.....	1197
8.2	Concepção constitucional de família	1203
8.3	Do casamento (arts. 1.511 a 1.590 do CC).....	1205
8.3.1	Conceito, natureza jurídica e princípios.....	1205
8.3.2	Capacidade para o casamento, impedimentos matrimoniais e causas suspensivas do casamento	1207
8.3.3	Do processo de habilitação e da celebração do casamento. Modalidades especiais de casamento quanto à sua celebração.....	1217
8.3.3.1	Casamento em caso de moléstia grave (art. 1.539 do CC).....	1220
8.3.3.2	Casamento nuncupativo (em viva voz) ou <i>in extremis vitae momentis</i> , ou <i>in articulo mortis</i> (art. 1.540 do CC).....	1221
8.3.3.3	Casamento por procuração (art. 1.542 do CC).....	1222
8.3.3.4	Casamento religioso com efeitos civis (arts. 1.515 e 1.516 do CC).....	1222
8.3.4	Da invalidade do casamento.....	1223
8.3.4.1	Esclarecimentos necessários.....	1223
8.3.4.2	Do casamento inexistente.....	1224
8.3.4.3	Do casamento nulo.....	1227
8.3.4.4	Do casamento anulável.....	1231
8.3.4.5	Do casamento putativo.....	1238
8.3.5	Provas do casamento.....	1238
8.3.6	Efeitos pessoais do casamento e seus deveres	1239
8.3.7	Efeitos patrimoniais do casamento. Regime de bens.....	1242
8.3.7.1	Conceito de regime de bens e seus princípios. Da ação de alteração do regime de bens.....	1242
8.3.7.2	Regras gerais quanto ao regime de bens	1248
8.3.7.3	Regras quanto ao pacto antenupcial.....	1257
8.3.7.4	Regime de bens. Regras especiais.....	1260
8.3.8	Dissolução da sociedade conjugal e do casamento. Separação e divórcio.....	1272

8.3.8.1	Conceitos iniciais. O sistema introduzido pelo Código Civil de 2002 e as alterações fundamentais instituídas pela Emenda do Divórcio (EC 66/2010). Estudo atualizado diante do Código de Processo Civil de 2015.....	1272
8.3.8.2	Questões pontuais relativas ao tema da dissolução da sociedade conjugal e do casamento após a Emenda Constitucional 66/2010.....	1291
8.3.8.2.1	O fim da separação de direito em todas as suas modalidades e a manutenção da separação de fato.....	1291
8.3.8.2.2	Manutenção do conceito de sociedade conjugal. A situação das pessoas separadas juridicamente antes da EC 66/2010.....	1293
8.3.8.2.3	A existência de modalidade única de divórcio. Fim do divórcio indireto.....	1296
8.3.8.2.4	Da possibilidade de se discutir culpa para o divórcio do casal.....	1300
8.3.8.2.5	A questão do uso do nome pelo cônjuge após a EC 66/2010.....	1304
8.3.8.2.6	O problema da guarda na dissolução do casamento. Análise atualizada com a EC 66/2010 e com a Lei da Guarda Compartilhada Obrigatória (Lei 13.058/2014).....	1307
8.3.8.2.7	Alimentos na dissolução do casamento e a Emenda do Divórcio.....	1328
8.4	Da união estável.....	1330
8.4.1	Conceito de união estável e seus requisitos fundamentais. Diferenças entre união estável e concubinato.....	1330
8.4.2	Efeitos pessoais e patrimoniais da união estável.....	1343
8.4.3	A união homoafetiva e o seu enquadramento como união estável.....	1351
8.5	Relações de parentesco.....	1357
8.5.1	Conceito, modalidades e disposições gerais (arts. 1.591 a 1.595 do CC).....	1357
8.5.2	Filiação (arts. 1.596 a 1.606 do CC).....	1361
8.5.3	Reconhecimento de filhos (arts. 1.607 a 1.617 do CC).....	1383
8.5.3.1	Primeiras palavras. Modalidades de reconhecimento de filhos.....	1383
8.5.3.2	Reconhecimento voluntário ou perfilhação.....	1384
8.5.3.3	Reconhecimento judicial. Aspectos principais da ação investigatória.....	1386
8.5.4	Da adoção.....	1394
8.5.5	Do poder familiar (arts. 1.630 a 1.638 do CC). O problema da alienação parental.....	1404
8.6	Dos alimentos no Código Civil de 2002.....	1413
8.6.1	Conceito e pressupostos da obrigação alimentar.....	1413

8.6.2	Características da obrigação de alimentos.....	1416
8.6.3	Principais classificações dos alimentos.....	1428
8.6.4	Extinção da obrigação de alimentos.....	1438
8.7	Da tutela e da curatela.....	1440
8.7.1	Primeiras palavras.....	1440
8.7.2	Da tutela.....	1444
8.7.3	Da curatela.....	1454
9.	DIREITO DAS SUCESSÕES.....	1475
9.1	Conceitos fundamentais do Direito das Sucessões.....	1475
9.2	Da herança e de sua administração.....	1482
9.3	Da herança jacente e da herança vacante.....	1486
9.4	Da vocação hereditária e os legitimados a suceder.....	1491
9.5	Da aceitação e renúncia da herança.....	1495
9.6	Dos excluídos da sucessão. Indignidade sucessória e deserdação. Semelhanças e diferenças.....	1502
9.7	Da ação de petição de herança.....	1505
9.8	Da sucessão legítima.....	1509
9.8.1	Panorama geral das inovações introduzidas pelo CC/2002. Primeiras anotações sobre a decisão do STF a respeito da inconstitucionalidade do art. 1.790 do Código Civil.....	1509
9.8.2	Da sucessão dos descendentes e a concorrência do cônjuge. Análise crítica, com a inclusão do companheiro na norma, diante da decisão do STF, de maio de 2017 (<i>Informativo n. 864 da Corte</i>).....	1516
9.8.3	Da sucessão dos ascendentes e a concorrência do cônjuge ou companheiro.....	1526
9.8.4	Da sucessão do cônjuge ou companheiro, isoladamente.....	1528
9.8.5	Da sucessão dos colaterais.....	1534
9.8.6	Da sucessão do companheiro. O polêmico art. 1.790 do CC e suas controvérsias principais até a declaração de inconstitucionalidade pelo Supremo Tribunal Federal. As primeiras decisões do Superior Tribunal de Justiça sobre o tema. Análise do direito real de habitação do companheiro.....	1535
9.8.7	Do direito de representação.....	1556
9.9.	Da sucessão testamentária.....	1558
9.9.1	Conceito de testamento e suas características. Regras fundamentais sobre o instituto.....	1558
9.9.2	Das modalidades ordinárias de testamento.....	1564
9.9.2.1	Do testamento público.....	1567
9.9.2.2	Do testamento cerrado.....	1570
9.9.2.3	Do testamento particular.....	1573
9.9.3	Das modalidades especiais de testamento.....	1578

9.9.3.1	Do testamento marítimo e do testamento aeronáutico.....	1578
9.9.3.2	Do testamento militar.....	1579
9.9.4	Do codicilo.....	1580
9.9.5	Das disposições testamentárias.....	1581
9.9.6	Dos legados.....	1589
9.9.6.1	Conceito e espécies.....	1589
9.9.6.2	Dos efeitos do legado e do seu pagamento.....	1591
9.9.6.3	Da caducidade dos legados.....	1592
9.9.7	Do direito de acrescer entre herdeiros e legatários.....	1593
9.9.8	Das substituições testamentárias.....	1595
9.9.9	Da redução das disposições testamentárias.....	1598
9.9.10	Da revogação do testamento. Diferenças fundamentais em relação à invalidade.....	1600
9.9.11	Do rompimento do testamento.....	1601
9.9.12	Do testamenteiro.....	1604
9.10	Do inventário e da partilha.....	1608
9.10.1	Do inventário. Conceito, modalidades e procedimentos.....	1608
9.10.1.1	Do inventário judicial.....	1610
9.10.1.1.1	Inventário judicial pelo rito ou procedimento tradicional (inventário comum).....	1611
9.10.1.1.2	Inventário judicial pelo rito sumário.....	1638
9.10.1.1.3	Inventário judicial pelo rito do arrolamento comum.....	1641
9.10.1.2	Do inventário extrajudicial, pela via administrativa ou por escritura pública.....	1644
9.10.2	Da pena de sonogados.....	1653
9.10.3	Do pagamento das dívidas.....	1655
9.10.4	Da colação ou conferência.....	1657
9.10.5	Da redução das doações inoficiosas.....	1663
9.10.6	Da partilha.....	1665
9.10.6.1	Da partilha amigável ou extrajudicial.....	1666
9.10.6.2	Da partilha judicial.....	1667
9.10.6.3	Da partilha em vida.....	1673
9.10.7	Da garantia dos quinhões hereditários. A responsabilidade pela evic- ção.....	1674
9.10.8	Da anulação, da rescisão e da nulidade da partilha.....	1675
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	1679